

# Superar gravidez precoce é dever de todos

JORGE FERRÃO

MAIS uma vez venho a público alertar para uma questão que precisa ser urgentemente superada em nossa sociedade: a gravidez precoce das adolescentes.

Se o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano insiste nessa questão é devido ao reconhecimento da sua gravidade. As estatísticas anuais são suficientemente esclarecedoras.

Não podemos mais, como sociedade moçambicana do século XXI, fingir que a gravidez precoce das adolescentes é um problema individual, da tradição, das famílias ou das raparigas. Trata-se de um grave problema social, económico, de género, de saúde pública e educacional.

As crianças e adolescentes têm o direito de ser quem são. Têm o direito de ser respeitados no aprendizado quotidiano da sua vida social, da sua sexualidade e devem ser protegidos pelos adultos.

É dado adquirido que os ritos de iniciação, casamentos prematuros e o abuso sexual de menores são algumas das principais causas da gravidez precoce das adolescentes. Isso é uma parte da verdade. Na realidade, essas práticas dizem respeito a uma determinada concepção de mulher, que ainda as mantém, e de forma subtil, como submissas e inferiores. Por isso, também os rapazes e os homens adultos precisam se reeducar e mudar de postura e pensamento. Necessitam compreender que o acto sexual praticado com uma adolescente viola os direitos humanos, da criança e do adolescente e da mulher.

Sabemos da importância dos ritos de iniciação e da importância das práticas culturais que alimentam as tradições. E sabemos que as tradições são uma importante marca da nossa identidade.

Contudo, assim como temos o direito e o dever de manter



Notícias  
Opinião e Análise  
05.07.2016  
17  
29.778

as tradições para que o "o ser moçambicana e moçambicano" e a nossa unidade nacional não se percam, também é nossa

responsabilidade transformar práticas culturais na perspectiva dos direitos humanos, zelando pelo direito das nossas

crianças e adolescentes.

Tendo como obrigação participar de práticas rituais, muitas meninas acabam por abandonar

a escola. Nem sempre há possibilidade de conciliar aos ritos de iniciação com o período em que as aulas escolares estão a decorrer. Perdem matérias, não conseguem acompanhar a turma, perdem parte significativa do conteúdo educativo, e, acabam por sair da escola. Algumas, inclusive, não conseguem suportar as consequências da gravidez e morrem.

Se todos concordamos que queremos que as nossas crianças e adolescentes tenham direito à vida e à escola, é dever dos adultos, principalmente dos familiares, construirmos alternativas para que se mantenha a tradição, mas que esta nunca viole o direito à educação e à vivência digna da adolescência.

A sociedade moçambicana já avançou muito. E todos estamos maduros para compreender que a gravidez precoce na adolescência e o aumento das estatísticas que comprovam essa prática é, na realidade, uma explícita violação dos direitos, do corpo, da dignidade da menina-mulher. Já é passada a hora de não permitirmos mais isso.

A sociedade moçambicana precisa e deve se reeducar quanto a essa prática e superá-la. Precisamos aprimorar medidas exemplares. E se a gravidez precoce for causada por encarregados de educação e autoridades, mais severas ainda deverão ser essas medidas. E para as adolescentes precisamos criar medidas protectivas e eficazes.

A educação tem a responsabilidade de zelar pelo futuro das raparigas. Por isso, a escola é uma instituição importante. A educação escolar deve ajudar na garantia dos direitos das mulheres, principalmente, das nossas adolescentes.

Todas as mulheres moçambicanas devem ter garantido o direito de viver a sua adolescência e sua vida escolar, sem violência e sem interrupções.